

#### 4.0s Efeitos Sociais

Os problemas econômico-sociais gerados em função de uma ocupação sem planejamento infra-estrutural efetivo na Amazônia representam hoje um grande desafio para as autoridades quanto às questões que exigem solução.

Tem-se hoje uma Amazônia com alguns centros urbanos, hospitais e escolas. Mas, de uma forma geral, a colonização dirigida acentuou as carências na região, realçando ainda mais os pólos de riqueza e miséria que aparecem como inerentes a todo processo de desenvolvimento de cunho capitalista.

Serão analisados em seguida, os aspectos destes "grandes" projetos colonizadores refletidos na qualidade de vida da população.

Com base nos dados do Censo Demográfico (IBGE), vê-se que a região Norte passou de 3,6 milhões de habitantes em 1970 para 5,9 milhões em 1980, apresentando a maior taxa de crescimento do Brasil neste período de 10 anos. Sua taxa geométrica de incremento anual foi de 5,04, enquanto o Brasil apresentava uma taxa de 2,49.

Este significativo crescimento populacional foi consequência das correntes migratórias que deram um saldo positivo (entre emigração e imigração) de 690.400 pessoas na década de 70, enquanto o Nordeste apresentava um saldo negativo de 5,5 milhões de pessoas. É assim que a região apresenta a mais alta proporção de residentes originários de outras regiões (18,6%).

A abertura de novas estradas, a criação de uma área industrial (Zona Franca de Manaus) e mais tarde os créditos outorgados pela SUDAM ao setor agropecuário, abrindo frentes de trabalho em fazendas, faziam com que os colonos sem terra, principalmente do Nordeste, migrassem para a região Norte na busca de um salário ou de novas terras para a subsistência.

No interior, a ausência de escolas, hospitais, água potável, etc, provocou um êxodo para a cidade média ou grande mais próxima, apontada como a alternativa mais viável para fugir ao nomadismo e ter acesso a essa infraestrutura.

É isto que explica um crescimento mais acelerado dos maiores centros urbanos localizados ao longo das rodovias.

O quadro a seguir, analisando quatro municípios estabelecidos perto das estradas, ratifica estas considerações:

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA

LOCALIDADE	EST.	1960	1970	1983
Gurupi	GO	11.982	24.575	30.934
Araguaina	GO	2.382	17.529	48.020
Castanhal	PA	10.224	25.794	53.393
Imperatriz	MA	8.967	34.709	111.818

FONTE: 1960-70: José M. da Costa. "Amazônia, Desenvolvimento e Ocupação". Pág. 164. Dados de 1983: INCRA

Os quatro municípios apresentam mais de 50% da população na área



urbana. Gurupi e Castanhal concentram mais de 80% da população total nas cidades.

A população urbana é constituída, em grande parte, por ex-trabalhadores rurais que, expulsos da terra passam a inserir-se em atividades não qualificadas e improdutivas (ambulantes, vendedores, atendentes, feirantes, empregadas domésticas, etc).

Os núcleos que vão se formando ao longo das estradas, e mesmo as cidades já existentes, não comportam - pela ausência de planejamento - a quantidade de pessoas que vem do interior.

Em 1979, a região Norte contava com 2,4 leitos por mil habitantes, enquanto a região Sul, na mesma data, registrava 4,8 leitos por mil habitantes. Pode-se juntar a esses dados, o fato de que no Brasil, em 1980, existia um médico para cada 1.442 habitantes (a OMS considera ideal a posição de um médico para cada mil habitantes), mas na região Norte acontecia a menor disponibilidade de todo o país: um médico para cada 2.840 habitantes.

Em 1970, técnicos da Saúde Pública, que trabalhavam na região, já assinalavam que o saneamento dos locais onde havia um índice maior de doenças endêmicas era precário ou inexistente.

Verificou-se também que a construção das rodovias ajudaram a elevar os casos de malária em toda a região. No estado do Amazonas, durante as obras das três grandes estradas, aumentou em 60%, figurando a BR-174 em primeiro lugar. Devido aos grandes fluxos migratórios de 1972, Manaus registrou 55,3% dos casos de malária de todo o estado.

Em Rondônia os pontos nevrálgicos de concentração da malária foram detectados nas áreas de colonização ao longo da BR-364. No município de Ariquemes, que ganhou o título de capital da malária, em 1980, de 59.178 lâminas examinadas, 43% deram positivas.

No Pará, 13 municípios, onde se concentraram 2.064 projetos agropecuários, têm sido responsáveis por 76% dos casos de malária registrados entre 1977 e 1981.

É assim que a região Norte apresenta a mais alta taxa de doenças endêmicas do país.

Também é na Amazônia que ainda subsiste a maior porcentagem da população indígena brasileira. Esta passou de 2 milhões no século XVI para 200 mil em 1900, 84 mil em 1957 e 144 mil em 1977. Desses, 90.000 viviam na Amazônia. Segundo um trabalho mais recente, esta cifra foi novamente reduzida para 50.000, e os grupos existentes passaram de 230 para 143.

Os grandes projetos têm um papel "preponderante" na cada vez mais difícil luta pela sobrevivência dos povos indígenas. Com data de 20/01/84, a Associação Brasileira de Antropologia rompeu o contrato firmado com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para assessorar o atendimento aos índios - entre 8 e 10 mil - radicados na área de construção das estradas de ferro Otaqui-Carajás. A ABA vinha há dois anos fazendo relatórios com denúncias sobre a má aplicação dos 13,5 milhões de dólares administrados pela FUNAI. A compra de remédios e de tratamento médico para controle de doenças dos brancos (mortais para os índios, tais como: malária ou até gripe), está sendo substituída pela aquisição de equipamentos inúteis para a comunidade indígena (25)

É difícil, portanto, conciliar este tipo de denúncia com o argumento



de "falta de recursos" para dar "proteção e proceder a demarcação das reservas indígenas" tantas vezes esgrimido pelas autoridades da FUNAI. O bojo da questão reside na concepção que orienta o chamado "desenvolvimento" da Amazônia e que pode - se não efetuar mudanças profundas - levar este genocídio às suas últimas consequências. (Ver anexo).



## 5. CONCLUSÃO

Duas décadas representam um período de tempo razoável para avaliar as transformações de uma região, como no caso a Amazônia. Os dados apresentados mostraram que, mais do que uma transformação, o que estava no horizonte dos planos governamentais era a produção de uma nova região.

O Estado, representando os interesses do grupo hegemônico no poder, tentou, através de todo o tipo de planos e obras de infra-estrutura, homogeneizar o espaço regional para que dentro dele comesçassem a funcionar as leis de reprodução do capital nos moldes modernos, adjudicando à Amazônia uma função específica dentro do processo, e de ser fonte geradora de matérias primas e recursos minerais para a região Sul e Sudeste do país.

Verificou-se também como esse percurso não seguia uma linha reta. Na primeira fase introduziu-se a ilusão da colonização, quando na realidade se tratava de um avanço da entrada do grande capital na região. Os colonos permitiram que a selva se transformasse em terra e que eles mesmos se transformassem em força de trabalho, abrindo assim o espaço para a entrada da grande empresa. Os instrumentos dessa política foram o POLOAMAZÔNIA e a SUDAM junto com os planos do INCRA e do PROTERRA, mas o que estava realmente por trás desse processo era o Banco Mundial. Esse órgão hoje se encarrega de financiar e orientar os planos de investimento e pesquisa nas mais diversas órbitas da economia do país e do mundo. O objetivo que procura atingir é bem claro, incorporar a terra no mercado de terras e os produtos primários no mercado de COMMODITIES, ampliando assim o espaço de atuação do capital financeiro mundial, cujos interesses representa.

Os próprios projetos contavam também com uma aparelhagem política pensada para criar estruturas eficientes de dominação e legitimidade. Nesse sentido foram criados o GETAT e o GEBAM, e organizaram-se sindicatos e cooperativas atrelados ao Estado. Paradoxalmente, os resultados atingidos estiveram longe de refletir a eficiência buscada.

A nível sócio-econômico foram desenvolvidas atividades fundamentalmente ligadas ao capital especulativo-comercial, além do setor extrativo. O setor especulativo-comercial não representa nenhuma ponta de entrada efetiva do capital moderno e em certa medida se opõe a ele. Em alguns locais desenvolveram-se economias de enclave como Carajás, que na medida em que não se articulam em nada com a região em volta, deixam de cumprir o papel de desenvolvimento e integração capitalista. Do ponto de vista social, não se conseguiu recriar um setor assalariado disciplinado e moderno, na medida em que as doenças e a miséria agiram mais fortemente que os benefícios das estradas e da infra-estrutura sobre o setor destinado a se converter em mão-de-obra. Por outro lado o colono não se proletarizou e ainda resiste, preferindo a aventura de ocupar a terra a se integrar na empresa. Finalmente, as próprias estruturas de dominação não conseguiram se legitimar, o conflito social tomou conta do campo.

A realidade foi mais forte do que os planos, e as forças sociais superaram as barreiras criadas para contar sua expressão. Os sindicatos estão em pleno processo de transformação e desatrelamento do Estado; as cooperativas fracassaram, como acontecera com as cooperativas da cana-de-açúcar de PACAL, hoje mobilizadas contra a política agrícola do governo; o GETAT e o GEBAM estão sendo dissolvidos. Somado a esse processo de desgaste, a Igreja, os grupos eclesiais de base e os agentes pastorais colaboram na construção de novas sementes de organização popular. Em suma, a própria "idéia" de região amazônica entrou em crise, cabe agora repensar esse processo novamente.



IBASE: Dossiê Amazônia

A N E X O S



DADOS SOBRE OS PLANOS GOVERNAMENTAIS PARA A AMAZÔNIA

a) Zona Franca de Manaus

1. Criação: Instituída através do Decreto-Lei 3.173/57, de 1966, concretiza-se através do Decreto-Lei 288, de 23/02/67.
2. Área de atuação: 10.000 km<sup>2</sup>, inclui Manaus e adjacências para funcionar por 30 anos.
3. Objetivo: Estabelecer uma área de livre importação e exportação com incentivos fiscais especiais, com o propósito de criar um centro industrial, comercial e, posteriormente, agropecuário. Para tais fins cria-se a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O desenvolvimento econômico no local seria efetivado - segundo discurso oficial - visando atingir um crescimento equilibrado, mas não é o que se pode observar:

MANAUS - 1960/1970	
Setor Primario	10,8%
Setor Secundario	22,6%
Setor Terciario	66,6%

O Setor Terciário (serviços), em Manaus, é o que mais emprega, e estão incluídos aí não apenas os pequenos comerciantes, como também os vendedores ambulantes (26).

Em 1970, o município de Manaus contava com um total de 312.160 habitantes. Em 1980 a população total passou a ser de 634.659 habitantes, sendo que 96% deste total concentra-se na zona urbana de Manaus e os 4% restante corresponde ao meio rural do município. A cidade, sem uma infra-estrutura urbana, impõe à população local uma qualidade de vida aquém daquela prevista inicialmente. E apesar do grande aumento verificado na construção civil, são poucas as pessoas que dispõem de casa própria ou mesmo de serviços urbanos básicos, principalmente na periferia de Manaus (27).

Segundo dados do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, anos de 1972 e 1982) relativos a estatísticas vitais dos municípios das capitais, observa-se que:

- Em 1972, 30% dos óbitos registrados em Manaus correspondiam a crianças menores de 1 ano de idade.
- Em 1982 esta porcentagem passa para 40%, do total das mortes registradas naquele ano.

Os estímulos concedidos à atividade agropecuária seguiram orientação similar. As terras são oferecidas a "preços simbólicos" às empresas que tiveram aprovados pela SUFRAMA os seus projetos. Estudos efetuados na região comprovaram - em inícios de 1977 - que as empresas que já levavam dois anos de implantação só tinham começado trabalhos em 2,6% das áreas adquiridas". Em média cada projeto abrangia mais de 10.000 hectares. Uma vez



mais observa-se grandes extensões de terra inexploradas em poder de grupos econômicos que receberam todo tipo de incentivos oficiais, federais e estaduais (28).

**b) PIN - Programa de Integração Nacional**

1. Criação: Decreto 1.106, de 15 de julho de 1970.

2. Objetivo: Alocação de recursos para a construção de eixos rodoviários como a Transamazônica e a Cuiabá - Santarém (primeira etapa), e de outras obras de infra-estrutura em áreas de atuação da SUDENE E SUDAM, com a finalidade de promover a integração destas áreas à economia nacional.

O PIN prometia o deslocamento - através da atuação do INCRA - de 500.000 colonos e de 1.500.000 famílias do Nordeste para as terras devolutas acima mencionadas. Quatro anos mais tarde, o INCRA havia assentado apenas 6.000 famílias na Transamazônica. As agrovilas nunca foram devidamente assistidas, muitas famílias desistiram e retornaram aos seus lugares de origem. Os órgãos se burocratizaram: só na área de Altamira o INCRA contava em 1972 com 782 funcionários (29).

Esta burocratização não é independente da mudança na política oficial. O governo reorienta seu plano abrindo áreas para a implantação de grandes projetos agropecuários e de colonização privada. As empresas colonizadoras adquirem as terras públicas a um preço simbólico, conseguem todo tipo de subsídios e isenções fiscais e transformam a colonização em um grande empreendimento especulativo. Em 1973, o INCRA aprovou seis projetos de empresas de colonização particular que compreendiam 162.220 hectares, o que faz uma média de 27.000 hectares por projeto. Destes projetos, 83% da área encontra-se localizada no estado do Mato Grosso (30).

A construção das duas rodovias - Transamazônica e Cuiabá-Santarém -, objetivo principal do PIN, foi promovida em caráter de tanta urgência que "nem se quer foi desviado um trecho de mais de 100 quilômetros quadrados do traçado original da Transamazônica, que hoje já vem sendo destruído pelas águas da barragem da Hidroelétrica de Tucuruí"(31).

**c) PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e do Nordeste.**

1. Criação: Decreto-Lei 1.178, de julho de 1971.

2. Objetivo: Promover o mais rápido acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego e mão-de-obra e fomentar a agroindústria nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE.

Os agentes financeiros do Programa foram o BASA (Banco da Amazônia,S.A), Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Os recursos alocados na época foram de quatro bilhões de cruzeiros.

O PROTERRA financia em condições excepcionais as atividades agropecuárias através dos subprogramas de crédito fundiário e incentivos ao uso de fatores técnicos de produtividade. Oferece juros de 7% ao ano, algumas operações são isentas de juros, com prazos de devolução de 5 a 12 anos e as linhas de crédito abrangem: aquisição de terras, ampliação de pequenas



propriedades, compra de máquinas pesadas, modernização de propriedades rurais. Os recursos altamente subsidiados a juros de 0 a 17% ao ano foram assim distribuídos:

- 75% para o financiamento de melhorias nos próprios latifúndios que iam ser expropriados e apenas 2% para a compra de terras pelos trabalhadores sem terra.

Isto talvez possa explicar o fato de que ao final de seis anos de implementação o PROTERRA tinha beneficiado apenas 920 famílias. Ressalta-se também, uma notada tendência a reforçar fundamentalmente os créditos destinados a pecuária. Acrescenta-se a isto o uso do maior volume dos recursos para construção de estradas-- especialmente pavimentação da Belém-Brasília--, usinas hidroelétricas e linhas de transmissão (32).

**d) POLOAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia**

1. Criação: Decreto 74.607, de 25/09/74.
2. Agentes Financeiros: PIN, PROTERRA e FDPI. Os recursos destinados na época foram de 4 bilhões de cruzeiros.
3. Objetivo: criação de 15 pólos de desenvolvimento em áreas prioritárias especificamente destinadas à expansão da produção mineral, pecuária e agroindustrial. (Versão oficial)

Área de atuação: 2.809 quilômetros quadrados em 159 municípios distribuídos nos estados e territórios do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Rondônia, Amapá e Roraima.

Os pólos estabelecidos foram: Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã e Marajó.

Até 1976 o INCRA só podia licitar áreas de até 2.000 hectares (na faixa de fronteiras). Por uma disposição de abril de 1976, este órgão fica autorizado a licitar áreas com até 500.000 hectares para empresas particulares, 72.000 para projetos florestais e 66.000 para agropecuários.

**e) POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil**

1. Criação: Decreto-Lei 86.029, de 25 de maio de 1981.
2. Objetivo: Segundo a sua versão oficial, o Programa concorreria para uma maior integração nacional promovendo adequada ocupação demográfica da região, absorvendo população economicamente marginalizada de outras regiões. Isto geraria um aumento significativo da produção da região e da renda da sua população, além de favorecer a redução das disparidades desenvolvendo relações inter e intra-regionais. Essas iniciativas, visando o desenvolvimento da sub-região, viriam acompanhadas, também, de políticas de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas.
3. Sua área de atuação foi estimada em 410 mil quilômetros quadrados (5% do



território nacional), abrangendo 29 municípios nos estados do Mato Grosso e Rondônia, todos situados na área de influência da rodovia Cuiabá- Porto Velho (BR 364).

O Programa nasceu com os objetivos gerais de pavimentar a estrada (BR 364) e ao mesmo tempo, proporcionar os investimentos necessários ao desenvolvimento sócio-econômico, proteção ao meio ambiente físico e da população indígena. 41% dos custos totais do Programa (448,6 milhões de dólares em 1,5 bilhões de dólares), foram destinados à construção de rodovias. O Banco Mundial previa um financiamento de 411 milhões de dólares para o Programa.

Dividido em 3 fases, o programa pretendia entre outras coisas:

- assentar 30.000 famílias.
- demarcar 3 milhões de hectares.
- construir 10.500 kms de estradas em áreas de colonização.
- propiciar serviços de assistência técnica, extensão rural e crédito agrícola a 85.000 produtores rurais.
- desenvolver pesquisas junto a culturas de arroz, milho, feijão, café, cacau, seringueira, guaraná, pimenta, algodão e soja.
- promover a construção de 54 unidades armazenadoras.
- delimitar e demarcar parques e reservas florestais.
- construir 4 estações ecológicas.
- regularizar cerca de 4.000 km de áreas indígenas.
- incentivar e orientar as comunidades indígenas para cultivarem seus próprios alimentos (sic!).
- proporcionar à FUNAI os meios necessários para a reorganização e reequipamento de cerca de 18 unidades administrativas.

Relatório do Banco Mundial de 1981, avaliando o desempenho do Programa em seus primeiros meses, já apontava para alguns problemas ligados a população indígena estimada em 5.000 habitantes na área. Em setembro deste ano (1984), três chefes indígenas da tribo Suruí- Anine, Itabira e Idiaraga - denunciaram que as suas terras, as do Cinta Larga, as do Gavião e as do Ararás estão sendo invadidas, suas mulheres violadas e seus filhos ameaçados. Madeiros, garimpeiros, colonos, seringalistas e fazendeiros vão chegando (até setembro de 1984) com seus capangas e sequer respeitam as mínimas garantias legais dadas aos índios. Avisaram que se a FUNAI não fizer respeitar os seus direitos haverá guerra envolvendo 40 povos indígenas de Rondônia e do norte do Mato Grosso.

Tudo começou com o financiamento do Banco Mundial - 1,1 bilhão de dólares - para o POLONOROESTE que passou a construir a BR 364 que liga Cuiabá a Porto Velho. A cláusula do contrato com o Banco que exige que o governo mantenha a integridade das comunidades indígenas (!) não está sendo respeitada segundo os antropólogos Carmen Junqueira, Betty Mindlin e Mauro Leonel. Estes pesquisadores foram contratados pelo Banco Mundial para vistoriar o cumprimento das cláusulas. Segundo eles, a estrada foi traçada de qualquer jeito e não levou em consideração os dados ecológicos e humanos implicados na



obra. Além disso o programa previa que todas as áreas indígenas, num total de quarenta, estariam demarcadas até 1985. Apenas cinco áreas foram demarcadas. Como sete já estavam demarcadas antes do início do programa, faltavam ainda 28. A FUNAI alegava não ter verbas, embora houvesse uma previsão orçamentária de 28 bilhões de dólares (33).

Segundo informações divulgadas em O Estado de São Paulo, com data de 04/04/85, o Brasil não poderia receber do Banco Mundial (BIRD) o desembolso de mais 200 milhões de dólares destinados ao POLONOROESTE pelo fato de não ter cumprido com as exigências previstas no projeto de dar proteção aos indígenas da área.



APTIDÃO AGRÍCOLA DAS TERRAS DISPONÍVEIS SOB JURISDIÇÃO DO INCRA NA AMAZÔNIA  
DADOS AGREGADOS

LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS	APTIDÃO DOS SOLOS									
	ÁREA DISPONÍVEL PARA OCUPAÇÃO		GRUPO I (bons)		GRUPO II (bons para manejo primitivo)		GRUPO III (bons para manejo semidesenvolvido)		GRUPO IV (deficientes)	
	HA	%	ha	%	HA	%	HA	%	HA	%
<u>Nos Projetos Fundiários</u>										
Rondônia	5 896 178	100	544 750	9,2	12 180	0,2	3 649 844	61,9	1 689 404	28,7
Acre	12 553 100	100	29 125	0,2	10 201 257	81,3	1 218 535	9,7	1 104 183	8,8
Amazonas	29 670 015	100	0	0	1 191 500	6,7	11 887 842	40,1	15 790 673	53,2
Pará	27 674 956	100	0	0	3 503 027	12,7	0	0	24 171 929	87,3
Amapá	12 436 798	100	0	0	0	0	0	0	12 436 798	100
Roraima **	13 819 162	100	0	0	0	0	0	0	13 819 162	100
Mato Grosso	4 252 850	100	264 186	6,2	0	0	2 883 537	67,8	1 105 127	26,0
<b>Total nos Projetos Fundiários</b>	<b>106 303 059</b>	<b>100</b>	<b>838 061</b>	<b>0,8</b>	<b>15 707 964</b>	<b>14,8</b>	<b>19 639 758</b>	<b>18,5</b>	<b>70 117 276</b>	<b>65,9</b>
<b>Total fora dos Projetos Fundiários</b>	<b>61 561 000</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11 478 520</b>	<b>18,7</b>	<b>12 012 670</b>	<b>19,5</b>	<b>38 069 810</b>	<b>61,8</b>
<b>Total Geral sob jurisdição do INCRA</b>	<b>167 864 059</b>	<b>100</b>	<b>838 061</b>	<b>0,5</b>	<b>27 186 484</b>	<b>16,2</b>	<b>31 652 428</b>	<b>18,9</b>	<b>108 187 086</b>	<b>64,4</b>

\* Cruzamento das áreas indicadas nos Mapas 1 e 2  
\*\* NB: Apenas a área indicada no Mapa 2



GRAU DE DISPONIBILIDADE DAS TERRAS NA FRONTEIRA SEGUNDO DIFERENTES  
FONTES DE INFORMAÇÃO (%)

ESTADOS	ÁREA Não em Estabele-	Área Não em imó-	Área Não
	cimentos Agropecuá- rios	veis Rurais	Apropriada
	(2)	(3)	(4)
<u>Fronteira Recente</u>			
Rondônia	76,6	76,2	41,4
Acre	61,6	31,4	82,3
Amazonas	95,4	83,7	99,0
Roraima	89,2	92,0	60,1
Pará	83,2	76,1	83,8
Amapá	94,7	85,6	92,0
Mato Grosso	59,5	37,0	98,5
Total a) Fronteira Recente	82,4	70,6	a) 88,7
Total b) Projetos Fundiários	-	-	b) 69,3
Total c) Sob Jurisdição do INCRA	-	-	c) 77,8
<u>Fronteira Antiga</u>			
Maranhão	53,2	44,3	-
Mato Grosso do Sul	12,5	19,0	-
Goiás	24,1	39,2	-
Distrito Federal	51,5	81,6	-
Total Fronteira Antiga	28,3	35,2	-
Total na Fronteira	69,9	62,5	-

FONTE: Calculado a partir das seguintes colunas (indicadas entre parênteses) da Tabela I:

$$\text{Coluna: (2')} = 1 - \frac{(2)}{(1)} \times 100$$

$$(3') = 1 - \frac{(3)}{(1)} \times 100$$

$$(4') = 1 - \frac{(4)}{(1)} \times 100$$

$$(4'b) = 1 - \frac{\text{Total A}}{\text{total B}} \times 100$$

$$(4'c) = 1 - \frac{\text{Total A}}{\text{total C}} \times 100$$



MOVIMENTO MIGRATÓRIO SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES

GRANDES REGIÕES	Mil habitantes					
	IMIGRAÇÃO		EMIGRAÇÃO		SALDO MIGRATÓRIO	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
NORTE	356,9	1 065,8	251,5	375,4	105,4	690,4
NORDESTE	1 866,6	2 293,9	5 139,6	7 789,5	(-)3 473,0	(-)5 495,6
SUDESTE	6 603,8	9 250,9	5 963,6	6 360,0	640,2	2 890,9
SUL	2 887,0	2 686,6	1 521,4	2 674,9	1 365,6	7,7
CENTRO-OESTE	1 666,0	2 662,9	304,2	756,3	1 361,8	1 906,6
<b>B R A S I L</b>	<b>13 180,3</b>	<b>17 956,1</b>	<b>13 180,3</b>	<b>17 956,1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: FIBGE



Projetos agropecuários aprovados pela SUDAM,  
no Estado do Pará, até julho de 1979

R E S U M O

Nº de projetos .....	102
Área conjunta .....	1,8 milhões ha
Incentivos liberados .....	Cr\$ 1,134 milhões

N O T A S  
- - - - -

1. A quase totalidade dos projetos refere-se a latifúndios por exploração, havendo 1 latifúndio por dimensão, que pertence à Volkswagen (140 mil ha).  
Ler, a propósito, o art. 119 do Estatuto da Terra.
2. A grande maioria dos acionistas é formada de empresários e banqueiros paulistas.
3. Números projetos que receberam incentivos da SUDAM apresentavam débitos não quitados do ITR desde 1966.
4. A quase totalidade dos projetos é de pecuária.
5. 34% estão localizados no município de Conceição do Araguaia; 20% em Santana do Araguaia; 16% em Parangominas; 8% em São Domingos, vindo a seguir municípios com menos de 4%.
6. As áreas dos projetos variam desde 2 mil ha até 140 mil ha, havendo 23 projetos com mais de 20 mil ha. (46 com mais de 10 mil ha).
7. As datas dos projetos vão desde 1967 a 1979. Para se ter uma idéia do montante de incentivos liberados, seria mister multiplicar o total contabilizado até 1979 por 30. Isto significaria um total aproximado de Cr\$ 30 bilhões em moeda de 1982.



Lista dos principais acionistas dos projetos  
agropecuários subsidiados pela SUDAM

A. Pessoas Físicas

- Nicolau Lunardeli
- Carlos Meimberg
- Gastão Eduardo Vidigal
- Claudio Bardela
- Severo Gomes
- Amador Aguiar
- Antonio Carlos de Almeida Braga
- José Carlos Vilela de Andrade
- Plínio Toledo Arruda
- Geraldo Gomide de Melo Peixoto
- Tácito de Toledo Lara Junior
- José Alves
- Joaquim Celidônio G. Reis Filho
- Maïksoud
- Eduardo Celestino Rodrigues
- Zancaner
- Hélio Moreira Sales
- Ronaldo Avelar Assunção

B. Pessoas Jurídicas

- Volkswagen
- Brasdesco
- Banco Bamerindus
- Sul América Cia. Nac. de Seguros de Vidas
- Refinaria de Petróleo Manguinhos
- Banco Mercantil de São Paulo
- Bandella S/A - Indústrias Mecânicas
- Construtora Guaranã S/A
- Lion S/A Empreendimento Adm. e Com.
- Supergasbras - Distrito de Gás Ind. Com. S/A
- Encol S/A - Eng. Com. e Ind.
- Empreiteira de Pavim Empa S/A
- Cia. Nacional de Papel



- Ring Ranch do Brasil S/A.
- Swift - Armour S/A - Ind. e Com.
- Metalúrgica Stella Ltda.
- Indústrias Vilares S/A
- Lonaflex. S/A. Guarnição p/ Freios
- Supermercado do Pão de Açúcar
- Citro - Cia. Imp. Tratores e Máq. Equip.



REGIÃO NORTE: PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS RURAIS COM ÁREA CONJUNTA NA REGIÃO IGUAL OU SUPERIOR A 40 MIL HECTARES POR ORDEM ALFABÉTICA EM CADA UF - INCRA - 1978

UF	Nº DE ORDEM	NOME DO PROPRIETÁRIO	ÁREA CONJUNTA NA UF - HA
RO	01	AGROPEC COL ALIANÇA LTDA	117.465
	02	ANTONIO LEITE DE OLIVEIRA	82.500
	03	CARLOS SERES MURADAS	135.138
	04	FLODOLDO PONTES PINTO	42.324
	05	GERALDO PERES GUERREIRO'	20.000
	06	JOÃO SURIADAKIS	147.500
	07	JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA	179.979
	08	MADEIREIRA URUPA S.A.	100.000
	09	MÁRIO FERNANDES	41.610
	10	MOACYR MOTTA	58.023
	11	MOISÉS BENDESBY	170.000
	12	NEUZA PRADO DE AZEVEDO	106.010
	13	RAIMUNDA MIRANDA CUNHA	100.000
	14	SAUL BENNESBY	55.000
AC	15	A. SOARES E FILHO	72.109
	16	ABDULCARIN ALMEIDA TOBU	40.000
	17	ADOLPHO LINDEMBERG	85.783
	18	AGOSTINHO J. DE QUEIROZ	225.000
	19	AGRO PASTORIL LEAL LTDA.	60.786
	20	ALCEBIADES BERNARDO	211.862
	21	ALTEVIR LEAL	202.399
	22	AMAZONIA ESCOCIO DE FARIA	68.444
	23	ANDRELINO LOPES ARANTES	21.600
	24	ASSIS E CIA.	102.475
	25	AUXÍLIO ECIDO FOLLETO	46.148



REGIÃO NORTE: PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS RURAIS COM ÁREA CONJUNTA NA REGIÃO IGUAL OU SUPERIOR A 40 MIL HECTARES POR ORDEM ALFABÉTICA EM CADA UF - INCRA - 1978

UF	Nº DE ORDEM	NOME DO PROPRIETÁRIO	ÁREA CONJUNTA NA UF - HA
	26	CIA. DE DESENVOLVIMENTO NOVO OESTE	90.800
	27	CLÁUDIO H. F. NEVES	54.691
	28	COLONIZADO AGROP. S.P. AMAZONAS	300.000
	29	EDER SEBASTIÃO GUIMARÃES LEME	68.000
	30	GERALDO MOACIR BORDON	46.149
	-05-	GERALDO PERES GUERREIRO	170.000
	31	GERALDO ROBERTO BULGARELI	99.550
	32	JAMIL NEMEN JEREISSATI	80.000
	33	JOÃO ARANTES JÚNIOR	34.667
	34	JOEL GONÇALVES TAVEIRA	150.000
	35	JORGE WOLMET ATALLA	427.390
	36	JOSÉ TEIXEIRA	60.000
	37	JOSÉ TAVARES DO COUTO	161.616
	38	JÚLIO DE OLIVEIRA	60.000
	39	MANOEL MEIRELES DE QUEIROZ	975.000
	40	MANOEL RIBEIRO	70.000
	41	MAURÍCIO PERES NOBRE	263.797
	42	NEY MONTEIRO	40.000
	43	ODENIR VANDONI	44.885
	44	OSTERNO BRAZ ANDRADE	89.920
	45	PEDRO APARECIDO DOTTO	2.360.209
	46	RAIMUNDO RAMOS DE ARAÚJO	63.069
	47	RÔMULO RONADUMI	46.750
	-12-	NEUZA PRADO DE AZEVEDO	20.811
	48	TARAVACA S.A. AGROPECUÁRIA	16.100
	49	TOHORU OKAYAMA	870.438
	50	TOUFIC BADER	197.000
	51	WALDIR JOSÉ ZORZO	40.000
	52	WELLINGTON QUILES DE OLIVEIRA	1.438.965
AM	53	ADALBERTO CORDEIRO E SILVA	1.382.134
	54	AGROPEC. SÃO JOAQUIM S.A.	102.000
	55	ALTAIR FABRIS	55.000
	-21-	ALTEVIR LEAL	20.000
	56	ANDRÉ ANTONIO MAGGI	55.000



REGIÃO NORTE: PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS RURAIS COM ÁREA CONJUNTA NA REGIÃO IGUAL OU SUPERIOR A 40 MIL HECTARES POR ORDEM ALFABÉTICA EM CADA UF - INCRA - 1978

UF	Nº DE ORDEM	NOME DO PROPRIETÁRIO	ÁREA CONJUNTA NA UF - HA
	-23-	ANDRELINO LOPES ARANTES	42.000
	57	ANTONIO CARLOS FRAGA E SILVA	53.500
	58	ANTONIO PEREIRA DE FREITAS	414.306
	59	ANTONIO PEREIRA DE SOUZA	52.382
	60	APLUB AGRO FLORESTAL AMAZONIA	2.194.874
	61	AVELINO LEAL FILHO	132.000
	62	CIANORTE	227.702
	63	CREUZA DÁVILA JUNIOR	55.751
	64	DARIO PINTO DÁVILA	84,401
	65	DORVALINO SCAPIN	60.000
	66	EMILIO FEITOSA NETO	50.000
	67	EMPREEND. DA AMAZÔNIA LTDA.	352.861
	68	FRANCISCO CHAGAS DE FARIAS	46.275
	69	FRANCISCO VILLELA	124.500
	70	FRANCISCO DAS CHAGAS DE FARIA	42.060
	71	FRANCISCO DE SOUZA FARIAS	86.000
	72	GLAUCO BRUMINI MARCONDES	43.164
	73	HENRIQUE LIMA	141.052
	74	IDALVA FRAGA MOREIRA SILVA	53.500
	75	ISAURA BATALHA DE OLIVEIRA	50.000
	-33-	JOÃO ARANTES JÚNIOR	140.372
	76	JOAIR MARCONDES PEREIRA	90.000
	77	JOÃO GERALDO	107.000
	78	JOÃO GOMES MARINHO	77.440
	79	JOSÉ BENEDITO DA SILVA	53.500
	80	JOSÉ CARLOS KALIL	117.226
	81	JOSÉ LUIZ FRAGA E SILVA	107.000
	82	JUELCI SALDANHA	245.410
	83	JUSSARA MARQUES PAZ	432.120
	84	LIBERALINO BATISTA DE CARVALHO	51.097
	85	MADEIREIRA ITACOAÍ S.A.	174.582
	86	MADEREX MADEIRAS DO AMAZONAS S.A.	362.489
	87	MANASA AMAZONIA P. MADEIREIROS	56.979



REGIÃO NORTE: PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS RURAIS COM ÁREA CONJUNTA NA REGIÃO IGUAL OU SUPERIOR A 40 MIL HECTARES POR ORDEM ALFABÉTICA EM CADA UF - INCRA - 1978

UF	Nº DE ORDEM	NOME DO PROPRIETÁRIO	ÁREA CONJUNTA NA UF - HA
PA	88	MANS <sup>A</sup> MADEIRA NACIONAL S.A.	4.302.190
	-9-	MÁRIO FERNANDES	156.951
	89	MARTINS CIA.	76.396
	90	MAZIH HASSAN ELMAOULA	661.174
	91	MUSTAFA SAID	1.074.536
	92	OMAR TUPA BORGES	165.428
	93	OSCAR MARTINEZ	1.315.586
	94	PLANTEC S.A. FLORESTA REFLOREST.	36.995
	95	PLINIO SEBASTIÃO XAVIER BENEFICA	58.450
	96	RAFAEL CORREA LTDA.	282.751
	97	RAIMUNDO COSTA E SILVA	79.000
	98	RAIMUNDO LOPES DE CARVALHO	85.525
	99	RAIMUNDO NAVARRO DE AGUIAR	349.576
	100	RAMEZ SAID MAKAREM	654.801
	-47-	ROMULO BONALUMI	251.123
	-48-	TARAVACA S.A. AGROPEC	90.800
	101	VANEP LTDA.	60.000
	102	AFFONSO JUSTO CHERMONT	101.932
	103	AGROCUS COLONIZADORA AGRIC. PEC.	43.418
	104	ALBINO AVIZ DA SILVA	51.700
	105	ANTONIO BARBOSA DE SOUZA	127.235
	106	ANTONIO LUNARDELLI	24.796
	107	ARPD SUZUECS	43.560
	108	ATILIO BALBO S.A. AÇÚCAR E ÁLCOOL	32.764
	109	BAMERINDUS AGRO PASTORIL	54.597
	110	BANCO DENASA DE DESENVOLVIMENTO	261.825
	111	BANDEIRANTE 67 AGROPEC.	40.000
	112	CIA. AGRO PASTORIL RIO DOURADO	169.884
	113	CIA. AGROPEC. GUARAPARA	48.400
	114	CIA. AGROPC. RIO ARAGUAIA	103.188
	115	CIA. DE TERRAS MATA GERAL	158.266
116	CIA. VALE DO RIO CRISTALINO AC INDÚSTRIA	139.392	
117	CODESPAR CIA. DESENV. SUL PARÁ	52.358	



REGIÃO NORTE: PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS RURAIS COM ÁREA CONJUNTA NA REGIÃO IGUAL OU SUPERIOR A 40 MIL HECTARES POR ORDEM ALFABÉTICA EM CADA UF - INCRA - 1978

UF	Nº DE ORDEM	NOME DO PROPRIETÁRIO	ÁREA CONJUNTA NA UF - HA
	118	COMPANHIA AGROPEC DO PARÁ	71.363
	119	EXPEDITO DE ALMEIDA MANCO	441.370
	120	F. SLAVIEIRO FILHO S.A. IC MADEIRA	53.011
	121	FAZENDAS SANTA CRUZ DA TAPERA	40.276
	122	FRANCISCO SCARPA	24.038
	123	FRANCISCO NAVARRO DA CRUZ FILHO	43.560
	124	JAIRO MENDES SALES	43.582
	125	JARI FLORESTAL E AGROPEC	445.183
	126	JEREMIAS LUNARDELLI NETO	45.738
	127	JOÃO LAVES DA SILVA	71.466
	128	LEONARDO LUZ COELHO	55.801
	129	LIERSON ALVES	48.000
	130	MANAH S.A.	95.126
	131	MANOEL DIAS DA FONSECA	146.800
	132	MANOEL DO CARMO DA SILVA FLORES	72.000
	133	MANOEL JOSÉ GOUVEIA	110.740
	134	MARINO MACIEL ASSUNÇÃO	70.000
	135	NICOBRAN ADM. AGRIC. E COM. LTDA.	30.875
	136	NICOLAU LUNARDELLI	928.858
	137	NORBERTO BRAULINO OLEGARIO SOUZA	43.913
	-94-	PLANTEC S.A. FLORESTA E REFLORESTA	70.000
	-98-	RAIMUNDO LOPES DE CARVALHO	129.377
	138	SERGIO LUNARDELLI	87.120
	139	SERRUYA P. QUEIROZ	51.120
	140	SILVIO MODESTO DE TOLEDO	392.000
	141	TIBIRIÇA BRITO DE ALMEIDA	198.985
	142	VICENTE GUEDES DOS SANTOS	70.000
	143	ZWIGAL S.A. COM. AGRIC. E PECUARIA	44.120
AP	144	AGRO INDUSTRIAL DO AMAPÁ S.A.	540.613
	145	APRIGIO ALVES S.CRAVO	29.385
	146	AGROPEC. RIO CAJARI S.A.	1.674.272
	-125-	JARI FLORESTAL E AGROPEC.	64.179
TOTAL	146		36.597.147



## Quadro sinótico da participação dos capitais estrangeiros na Amazônia

## SETOR DE MINERAÇÃO

MINÉRIO	RESERVA ESTIMADA (t)	LOCALIZAÇÃO	EMPRESA	NACIONALIDADE	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL NACIONAL	INCENTIVOS FISCAIS	OBSERVAÇÕES
Manganês	15 M	Serra do Navio-AP	Bethlehen Steel Co.	E.U.A.	Cr\$ 200 M (1971)	51% (Grupo Azevedo Antunes)	SUDAM — Isenção do imposto de importação — Isenção do imposto de renda — recursos para implantação de usina de pelotização	
Cassiterita	65 M	Rondônia	BRASCAN Patfño N. V. Grupo Itaú	Canadá Holanda	?	?	?	As informações são imprecisas
Ferro	18 B	Serra dos Carajás-PA	United States Steel & CVRD	E.U.A. BR	Cr\$ 21 M (s/data)	51% CVRD	?	Em fase de implantação
Bauxita	1,7 B	Vale do Trombetas-PA Vale do Jari-PA	Light Smelters Metal Association & CVRD National Bulk Carriers	Japão BR E.U.A.	US\$ 17,5 M (1975) (inclusive a usina de alumínio) ?	51% CVRD —	?	O projeto anterior CVRD & ALCAN tinha incentivo da SUDAM Para este projeto, não obtive ainda incentivos fiscais
Caulin	45 M	Vale do Jari-PA	National Bulk Carriers	E.U.A.	?	—	SUDAM — Isenção do imposto de renda — Isenção do imposto de importação	

## SETOR MADEIREIRO

FIRMA	LOCALIZAÇÃO	EMPRESA	NACIONALIDADE	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL NACIONAL	INCENTIVOS FISCAIS	OBSERVAÇÕES
Amazonas Timber Ltd.	Manaus-AM	Hans & Johannes Desterle	Al. Fed.		—	—	
Atlantic Veneer de Mato Grosso S.A. Indústria de Madeiras	Cuiabá-MT	Atlantic Veneer Co	E.U.A.	Cr\$ 200.000 (s/data)	—	—	
Banakoba Ltda.	Belém-PA	Caribbean Lumber	Bahamas	Cr\$ 355.231 (s/data)	—	—	
Bruynzeel Madeiras S.A.	Macapá-AP	Bruynzeel NV	Holanda	Cr\$ 15.000.000 (s/data)	ICOMI (minoritária)	SUDAM — 49% dos recursos para implantação — Isenção do imposto de renda — Isenção do imposto de importação	
Cia. Amazonas Madeiras e Laminados	Portel-PA	Georgia Pacific Co Portland	E.U.A.	Cr\$ 700.000 (s/data)	—	SUDAM — Isenção do imposto de renda — Isenção do imposto de importação	fol citada na CPI da venda de terras a estrangeiros
Eidal do Brasil Madeiras S.A.	Belém-PA	Eidal Co. Ltd.	Japão	Cr\$ 30.000.000 (s/data)	—	—	
Jari Florestal e Agropecuária Ltda.	Almeirim-PA	National Bulk Carriers	E.U.A.	Cr\$ 38.985.000 (s/data)	—	SUDAM — Isenção do imposto de importação	fol citada na CPI da venda de terras a estrangeiros
Lawton Madeiras da Amazônia Ltda.	Região de Belém-PA	Lawton Lumber Co. Inc.	E.U.A.		—	—	
Madeiras Asturpal	Muaná-PA	Elena Murillo Padilla	Costa Rica	?	—	SUDAM — Isenção do imposto de renda — Isenção do imposto de importação	
Madeiras Gerais S.A. MAGESA	Breves-PA	Georgia Pacific Co.	E.U.A.	Cr\$ 10.000.000 (s/data)	—	SUDAM — 75% dos recursos para modernização da indústria	fol citada na CPI da venda de terras a estrangeiros
MADESA - Indústria Madeireira de Santena S.A.	Macapá-AP	DET Ostasiastlske Kompagnie A.S.	Dinamarca	Cr\$ 5.097.560 (1974)	—	—	
Maracacuera Florestal S.A. Superfine Madeiras S.A.	Belém-PA Macapá-AP	Eidal Co. Ltd. Toyo Menka	Japão Japão	?	—	—	
Tinove S.A. Indústria Comércio de Madeiras	Manaus-AM	Starko	Sulça	Cr\$ 5.000.000 (s/data)	69% de Dario Trajnl	SUDAM — Isenção do imposto de renda	

Fonte: "O Projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia", por Irene Garrido Filha. Ed. Vozes, Petrópolis, 1980.



( Continuação )

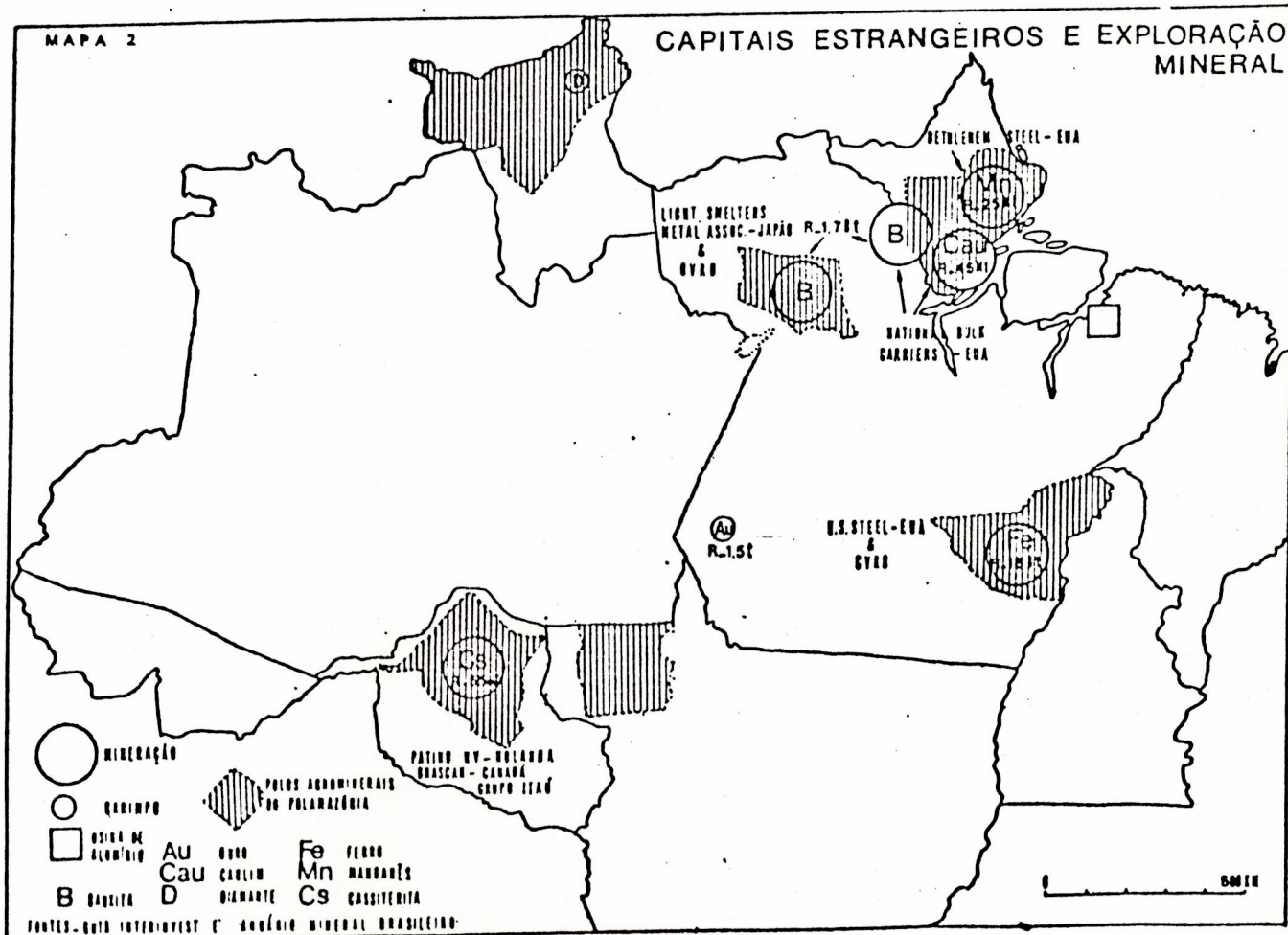
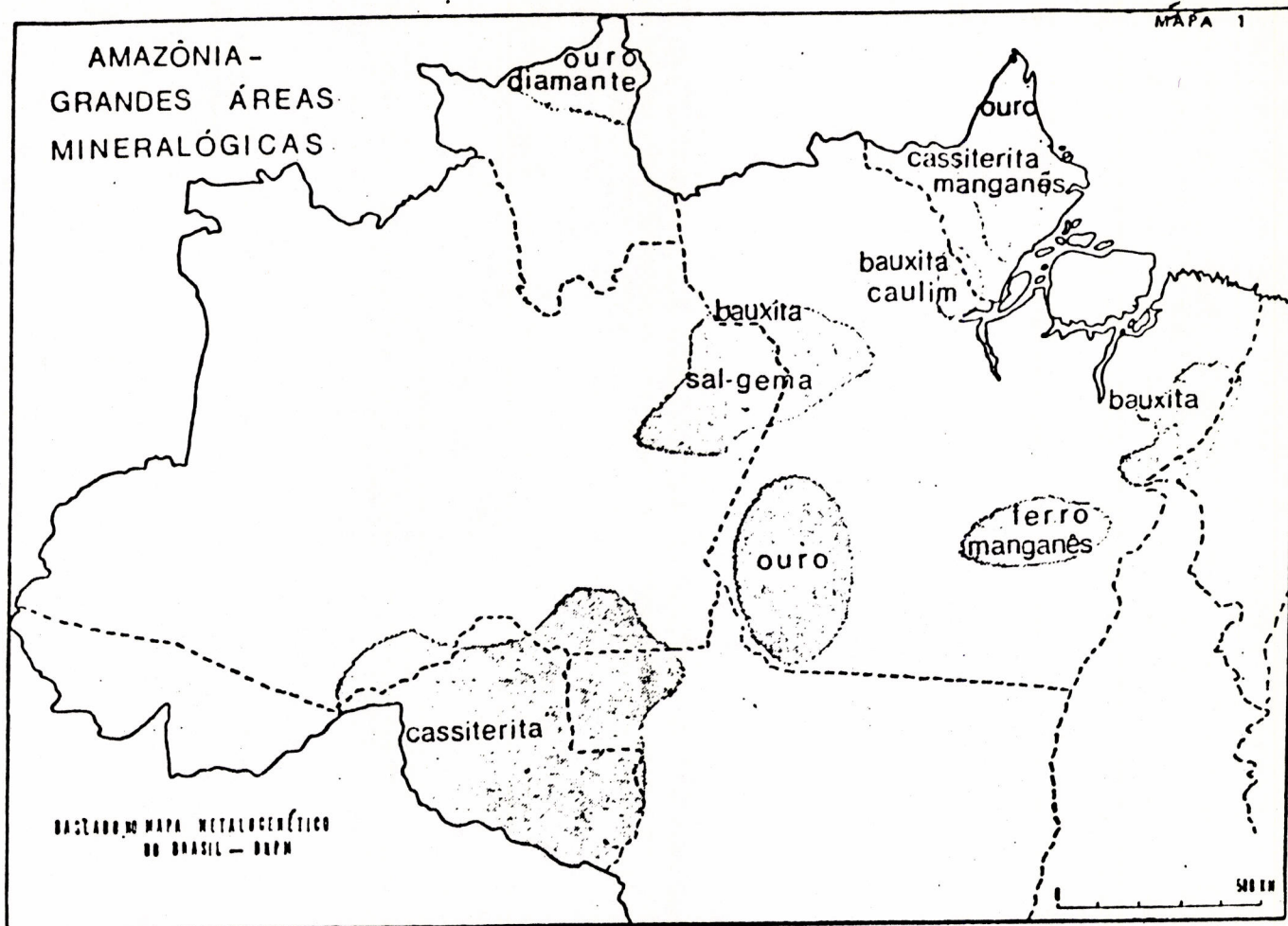
## SETOR DE PECUÁRIA

FIRMA	LOCALIZAÇÃO	EMPRESA	NACIONALIDADE	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL NACIONAL	INCENTIVOS FISCAIS	OBSERVAÇÕES
Agropastoril Nova Pastoral S.A.	Luciara-MT	John W. H. de Buys Roessingh	Sulça	Cr\$ 4.111.290 (s/data)	—	SUDAM — 75% dos recursos para implantação	
Agropastoril Sul do Pará S.A.	Conceição do Araguaia-PA	Ester Research Investments Co. Inc.	Panamá	Cr\$ 4.128.144 (s/data)	—	SUDAM — 75% dos recursos para implantação	
Agropecuária Araguaçu	Araguaçu-GO	Tauzuki Spinning Co. Ltd.	Japão	Cr\$ 2.969.881 (s/data)	—	SUDAM — 75% dos recursos para implantação	
Agropecuária Dues Ancoras	Barra do Garças-MT	Heublein Inc.	E.U.A.	Cr\$ 11.005.061 (s/data)	(Nogueira Ltda.)	—	não há indicação da % de participação do capital nacional
Araguaia Frigoríficos S.A.	Araguaia-GO	Twin Agricultural and Industrial Developers Inc	E.U.A.	Cr\$ 18.500.000 (s/data)	—	—	
Capri - Cia. Agropecuária do Rio Inajá	Santana do Araguaia-PA	Sifco Industries Inc.	E.U.A.	Cr\$ 2.504.283 (s/data)	—	SUDAM — 74% dos recursos para implantação	
Cia. Vale do Rio Cristalino - Agrop. Com. e Ind.	Santana do Araguaia-PA	Volkswagen do Brasil Ind. e Com. Automóveis S.A.	Al. Fed.	Cr\$ 157.778.773 (s/data)	?	—	
Cia. Rio Capim Agropecuária	? PA	Nichimen & Grupo Bradesco	Japão	Cr\$ 1.500.000 (s/data)	2/3 - Grupo Bradesco (BR)	—	
Drury's Fiel S.A. Agro-Industrial	Barra do Garças-MT	Heublein Inc.	E.U.A.	?	16% Móveis Fiel	—	
Fazenda Nova Viena S.A.	Barra do Garças-MT	Georg Markhof	Áustria	Cr\$ 28.289.755 (s/data)	—	SUDAM — 65% dos recursos para implantação	
Fazendas Swift-King Ranch	Paragominas-PA	Bracon-Swift-Armour-King Ranch	E.U.A.	Cr\$ 28.036.739 (s/data)	Grupo Antunes sem indicar participação	SUDAM — 73% dos recursos para implantação	
Liquifarm-Agropecuária Suia-Missu S.A.	Barra do Garças-MT	Liquigás SpA.	Itália	Cr\$ 64.700.000 (s/data)	Grupo Ometto Dedini s/indicar participação	—	678.000 ha
Mitsui Agropecuária Ltda.	Castanhal-PA	Mitsui & Co.	Japão	Cr\$ 2.656.088 (s/data)	—	SUDAM — 75% dos recursos para implantação	
Novos Horizontes Agropecuária S.A.	Araguaia-GO	Twin Agricultural and Industrial Developers Inc.	E.U.A.	Cr\$ 18.200.000 (s/data)	—	—	
Oullombo Agropecuária S/A	Barão de Melgaço-MT	Gertrud Reemtsma	Al. Fed.	Cr\$ 850.560 (1971)	—	—	

## ZONA FRANCA DE MANAUS

FIRMA	RAMO	EMPRESA	NACIONALIDADE	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL NACIONAL	INCENTIVOS FISCAIS	OBSERVAÇÕES
Amazonas Engineering Co. Ltd.	Beneficiamento de Cassiterita	Frederick Leyland & Co.	R.U.	Cr\$ 260.789 (s/data)	—	—	
Cia. Industrial Amazonense		Fraga & Durão	Portugal	Cr\$ 37.681.100 (s/data)	Sim, sem indicar participação	SUDAM — 75% dos recursos para implantação	Beneficia-se também de incentivos da SUFRAMA
Estaleiros Plano Inclinado S.A.	Construção Naval	Frederick Leyland & Co.	R.U.	Cr\$ 3.731.192 (s/data)	—	SUDAM — 59% dos recursos para modernização dos estaleiros	Beneficia-se também de incentivos da SUFRAMA
General Electric da Amazônia	Montagem de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos	General Electric Company	E.U.A.	?	?	SUFRAMA	
Gentek S.A. Ind. e Com.	Montagem de Aparelhos Eletrônicos	Shibamoto & Co. Ltd.	Japão	Cr\$ 11.815.609 (s/data)	—	SUFRAMA	
IPLAM - Ind. Pasteurização de Leite do Amazonas S.A.	Indústria Alimentar	David Lavery	Austrália	?	—	—	
Perreira Lopes - IBESA Aparelhos e Componentes Eletrônicos S.A.	Montagem de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos	Sanyo Electric Co. Ltd.	Japão	Cr\$ 100.737.627 (s/data)	32% Perreira Lopes	SUDAM — 36% dos recursos para implantação	Beneficia-se também de incentivos da SUFRAMA
Philips da Amazônia	Montagem de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos	S.A. Philips do Brasil	Holanda	Cr\$ 11.830.000 (1974)	—	SUDAM — 9% dos recursos para implantação	Beneficia-se também de incentivos da SUFRAMA
Sharp S.A. Equipamentos Eletrônicos	Montagem de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos	Sharp Co.	Japão	Cr\$ 21.973.000 (1974)	90% Grupo M. Machine	SUDAM — Isenção do imposto de renda	Beneficia-se também de incentivos da SUFRAMA
Tecnocário S.A.	Pedras para Isqueiros	BIC S.A.	França	?	?	?	Beneficia-se também de incentivos da SUFRAMA
Honda		Montagem Motocicletas	Honda Motor Co. Ltd.	Japão	?	?	
Yamaha	Montagem Motocicletas	Yamaha Motor Co. Ltd.	Japão	?	?	?	

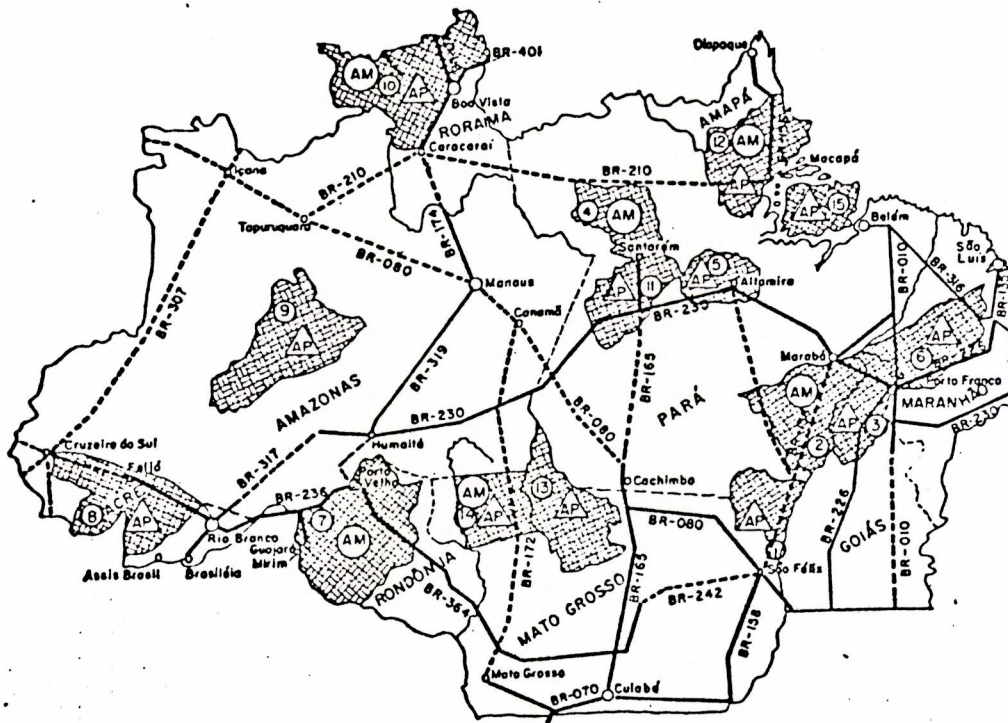




Fonte: "O Projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia", por Irene Garrido Filha. Ed. Vozes, Petrópolis, 1980.



## ÁREAS-PROGRAMA DO POLAMAZÔNIA



### CONVENÇÕES

- 1 - XINGU-ARAGUAIA (MT)
- 2 - CARAJÁS
- 3 - ARAGUAIA-TOCANTINS (GO)
- 4 - TROMBETAS
- 5 - ALTAMIRA
- 6 - PRÉ-AMAZÔNIA MARAMENSE
- 7 - RONDÔNIA
- 8 - ACRE
- 9 - JURUÁ-SOLIMÕES
- 10 - RORAIMA
- 11 - TAPAJÓS
- 12 - AMAPÁ
- 13 - JURUENA
- 14 - ARIPUANÃ
- 15 - MARAJÓ

### PÓLOS

- AM - AGROMINERAIS
- AP - AGROPECUÁRIOS

### RODOVIAS

- PAVIMENTADA —————
- EM PAVIMENTAÇÃO - - - - -
- IMPLANTADA . . . . .
- EM IMPLANTAÇÃO - - - - -



TITULAÇÃO DE TERRAS
**PROJETOS DE COLONIZAÇÃO  
 ASSENTAMENTOS REALIZADOS  
 PERÍODO: Até 1978 e de 1979 a 1983**

Região	UF	Projeto	Até 1978	1979	1980	1981	1982	1983	TOTAL		
Norte	AC	Boa Esperança	32	56	78	78	84	521	847		
		Humaitá	—	—	—	290	430	219	939		
		Pedro Peixoto	—	514	1.050	1.347	1.014	1.206	5.131		
		Quixadá	—	—	—	743	478	352	1.573		
		Santa Luzia	—	—	—	—	—	—	285		
	AM	Rio Juma	—	—	—	—	373	834	1.007		
		PA	Altamira	4.126	30	853	580	1.500	2.330	9.519	
	RO	Itaituba	1.769	31	871	350	1.662	3.444	7.927		
		Marabá	2.949	143	140	—	—	—	—	3.232	
		Monte Alegre	1.322	—	875	187	308	284	—	3.078	
		Tapajós	—	—	—	—	—	—	—	—	
		Buracão	731	401	408	—	—	—	—	1.540	
		Gy-Paraná	3.922	442	285	80	27	—	—	4.756	
		Machadinho	—	—	—	—	—	—	—	—	
		Marechal Dutra	2.220	408	1.975	184	—	—	—	4.787	
		Ouro Preto	3.990	466	706	—	—	—	—	5.162	
		Paulo Assis Ribeiro	2.693	88	295	—	30	—	—	3.108	
		Pe. Adolpho Rohi	2.247	42	834	338	227	—	—	3.686	
		Sidney Girão	476	24	58	80	—	—	—	638	
		Urupá	—	—	—	—	1.246	—	—	1.246	
		RR	Bom Princípio	—	—	—	—	—	—	—	—
			Anauá	—	—	403	435	420	—	395	1.653
	Barauana		—	—	—	—	—	—	141	141	
	Jauaperi		—	—	—	—	—	—	229	229	
	Nordeste	MA	Jatapu	—	—	—	—	—	—	—	
			Barra do Corda	5.090	81	168	266	320	43	5.868	
		PI	Anjos	—	—	—	86	—	—	—	86
CE			Lagoa da Capivara	—	—	—	84	—	—	84	
RN		Ingá-Facundo	—	—	—	—	102	10	—	112	
		Saco de Belém	—	—	—	—	66	—	—	66	
		Siupé	—	—	—	250	153	01	—	404	
PR		Redonda	—	—	—	—	—	—	—	—	
		Ingá	—	—	—	53	—	—	—	53	
PE		Jaque	—	—	—	—	—	—	—	—	
		Rio Tinto	297	18	24	—	178	156	—	669	
SE		Caxangá	715	108	08	65	164	120	—	1.180	
		Santana dos Frades	—	—	—	—	—	83	—	83	
BA		Serra do Ramalho	2.026	1.020	954	1.000	620	801	—	6.451	
		Camamu	—	—	—	—	—	279	—	279	
Sudeste		MG	Saparana	198	11	—	07	—	—	216	
		RJ	Aldeia Velha	—	—	—	—	—	—	—	
Sul	SP	Marubá	324	—	—	—	—	—	324		
		São José da Boa Morte	—	—	—	—	42	190	—	232	
		Fazenda Primavera	—	—	—	268	33	—	—	301	
Centro-Oes	PR	Poly	—	—	—	200	227	—	427		
	SC	Saudades	—	—	—	—	—	—	—		
Centro-Oes	RS	Sarandi	146	—	—	—	—	—	146		
		MT	Brasão Sul	—	—	—	430	113	234	777	
	DF	Carlinda	—	—	—	—	60	78	—	138	
		Lucas Rio Verde	—	—	—	162	120	—	—	282	
		Peixoto de Azevedo	—	—	—	84	154	60	—	278	
		Ranchão	—	—	—	120	—	—	—	120	
		Terra Nova	—	—	—	—	—	274	—	274	
		Alexandre Gusmão	640	—	—	—	—	—	—	640	
		Subtotal		35.913	3.881	10.015	7.743	10.149	12.445	80.148	
		Proterra		—	—	04	—	2.890	—	2.994	
Projetos Emancipados		7.273	—	—	—	—	—	7.273			
Projetos de Assentamento Rápido		—	—	11.040	11.172	14.324	1.403	37.939			
Convênios		—	—	—	1.154	680	—	4.834			
Total de Colonização Oficial		43.186	3.881	21.059	20.069	28.143	13.848	130.186			
Colonização Particular		11.926	4.760	1.547	6.199	2.679	1.366	28.477			
Total Geral		55.112	8.641	22.606	26.268	30.822	15.214	158.663			

— Projeto assumido pelo GETAT em 01.02.82

Fonte: Gazeta Mercantil - Suplemento Especial, 20/08/84.



TITULAÇÃO DE TERRAS

( Continuação )

RESULTADO OPERACIONAL  
DOS ÓRGÃOS FUNDIÁRIOS  
SITUAÇÃO ATÉ JUNHO DE 1984

INCRA

ATIVIDADES	ESPECIFICAÇÕES	ATE 1978	1979	1980/81	1982	1983	1984 ATE JUN	TOTAL
DISCRIMINAÇÃO	Áreas (Em milhões de ha)	42.700	10,800	19,800	30,500	19,900	5,918	129,612
ARRECADAÇÃO	Áreas (Em milhões de ha)	32,500	10,700	17,217	25,320	13,855	4,262	103,854
DEMARCAÇÃO	Áreas (Em milhões de ha) Nº de Lotes (Em mil)	6,600 69,000	2,100 9,800	2,959 34,934	5,217 57,098	3,481 33,222	0,784 8,727	21,141 210,781
TITULAÇÃO	Áreas (Em milhões de ha) Nº de Títulos (Em mil)	11,027 96,500	2,500 23,000	16,759 205,000	12,710 207,364	7,216 151,579	4,250 41,792	54,462 825,365
DESAPROPRIAÇÃO	Nº de Imóveis Área (Em milhões de ha) Famílias Beneficiadas (Em mil)	105 10,400 55,000	02 — 0,400	44 1,500 21,700	25 0,463 5,083	24 0,500 7,100	10 0,092 1,866	210 12,955 91,149
COLONIZAÇÃO	Projetos Oficiais Implantados	50	80			06	—	116
	Projetos Particulares Implantados	83	54			19	—	156
	Nº de Famílias Beneficiadas (Em mil)	51,800	9,800	55,100	18,074	15,187	1,995	151,956



## TITULAÇÃO DE TERRAS

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO ASSENTAMENTO E INFRA-ESTRUTURA REALIZADOS NOS PERÍODOS: ATÉ 1978, 1979 A 1983 PROGRAMADOS E REALIZADOS - 1984						
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	ATÉ 1978	1978 A 1983	TOTAL	PROGRAMAÇÃO/84	REALIZADO
					TOTAL	JAN/MAI/84
ASSENTAMENTO						
— COLONIZAÇÃO OFICIAL	fam	43.186	87.000	130.186	21.123*	1.846
— COLONIZAÇÃO PARTICULAR	fam	11.926	18.551	28.477	8.490	—
DEMARCAÇÃO	parc	38.123	39.481	77.604	18.869	—
ESTRADA	km	7.432,9	6.504,1	13.937,0	4.049,0	—
ESCOLA	unld	610	125	735	273	—
UNIDADE DE SAÚDE	unld	125	52	177	76	—

\* INCLUIDOS 3.000 ASSENTAMENTOS RÁPIDOS.

RESULTADO OPERACIONAL SITUAÇÃO ATÉ JUNHO DE 1984							GETAT
ATIVIDADES	ESPECIFICAÇÕES	1980/81	1982	1983	1984 JAN/JUN	TOTAL	
DISCRIMINAÇÃO	Área (Em milhões de ha)	—	—	—	—	—	—
ARRECADAÇÃO	Área (Em milhões de ha)	2,063	1,480	2,845	1,720	7,828	
DEMARCAÇÃO	Área (Em milhões de ha)	1,641	1,783	1,519	0,582	5,525	
	Nº de Lotes (Em mil)	—	17,002	12,978	4,262	44,508	
TITULAÇÃO	Área (Em milhões de ha)	1,641	1,590	1,384	0,423	5,038	
	Nº de Títulos (Em mil)	10,100	15,606	13,121	3,014	41,841	
DESAPROPRIAÇÃO	Nº de Imóveis	—	04	—	—	04	
	Área (Em milhões de ha)	—	0,337	—	—	0,337	
	Famílias Beneficiadas (Em mil)	—	2,717	—	—	2,717	
COLONIZAÇÃO	Projetos Oficiais Implantados	—	—	04	—	04	
	Projetos Particulares Implantados	—	01	—	—	01	
	Nº de Famílias Beneficiadas (Em mil)	—	12,526	2,713	208	15,447	

RESULTADO OPERACIONAL DOS ÓRGÃOS FUNDIÁRIOS SITUAÇÃO ATÉ JUNHO DE 1984								GETAT	INCRA
ATIVIDADES	ESPECIFICAÇÕES	ATÉ 1978	1979	1980/81	1982	1983	1984 ATÉ JUN.	TOTAL	
DISCRIMINAÇÃO	Áreas (Em milhões de ha)	42,7	10,8	19,8	30,5	19,9	5,912	129,612	
ARRECADAÇÃO	Áreas (Em milhões de ha)	32,5	10,7	19,3	26,8	18,5	5,962	111,782	
DEMARCAÇÃO	Áreas (Em milhões de de ha)	6,8	2,1	4,6	7,0	5,0	1,366	26,866	
	Nº de Lotes (Em mil)	69,0	9,8	45,2	74,001	46,2	10,889	255,289	
TITULAÇÃO	Áreas (Em milhões de ha)	11,0	2,5	18,4	14,3	8,8	4,673	59,473	
	Nº de Títulos (Em mil)	196,5	23,0	215,1	223,0	164,8	44,806	867,206	
DESAPROPRIAÇÃO	Nº de Imóveis	105	02	44	29	24	10	214	
	Área (Em milhões de ha)	10,4	—	1,5	0,8	0,5	0,092	12,292	
	Famílias Beneficiadas (Em mil)	55,0	0,4	21,7	7,8	7,1	1,866	83,866	
COLONIZAÇÃO	Projetos Oficiais Implantados	50	60			10	—	120	
	Projetos Particulares Implantados	83	55			19	—	157	
	Nº de Famílias Beneficiadas (Em mil)	51,8	9,8	55,1	30,8	17,9	2,203	187,403	

Fonte: Gazeta Mercantil - Suplemento Especial, 20/08/84.



RESULTADO OPERACIONAL DOS ORGÃOS FUNDIÁRIOS SITUAÇÃO ATÉ JUNHO DE 1984		( Continuação )		
ATIVIDADES	ESPECIFICAÇÕES	ATÉ 1978	DE 1979 A JUNHO/1984	TOTAL
DISCRIMINAÇÃO	Área (Em milhões de ha)	42,7	86,9	129,6
ARRECADAÇÃO	Área (Em milhões de ha)	32,5	79,3	111,8
DEMARCAÇÃO	Área (Em milhões de ha) Nº de Lotes (Em mil)	8,8 69,0	20,0 106,3	28,8 255,3
TITULAÇÃO	Área (Em milhões de ha) Nº de Títulos (Em mil)	11,0 196,5	48,5 670,7	59,5 867,2
DESAPROPRIAÇÃO	Nº de Imóveis Área (Em milhões de ha) Famílias Beneficiadas (Em mil)	105 10,4 55,0	103 2,9 38,3	214 13,3 93,8
COLONIZAÇÃO	Projetos Oficiais Implantados Projetos Particulares Implantados Nº de Famílias Beneficiadas (Em mil)	50 83 51,8	70 74 115,5	120 157 187,4

## ANEXOS

## Dados estatísticos do INCRA - Discriminação

Foram discriminados até junho de 1984  
1.296.000 km<sup>2</sup>, área maior que a soma da  
superfície dos Estados de:

Minas Gerais 587.172 km<sup>2</sup>  
São Paulo 247.898 km<sup>2</sup>

Rio Grande do Sul 282.184 km<sup>2</sup>  
Acre 152.589 km<sup>2</sup>  
1.269.843 km<sup>2</sup>

E os seguintes países:

França 551.600 km<sup>2</sup>  
Espanha 504.747 km<sup>2</sup>  
Cuba 114.524 km<sup>2</sup>  
Portugal 91.531 km<sup>2</sup>  
1.262.402 km<sup>2</sup>

## ARRECADAÇÃO

Foram incorporados ao patrimônio da  
União, até junho de 1984, cerca de  
1.118.000 km<sup>2</sup>, área maior que a soma da  
superfície dos Estados de:

Minas Gerais 587.172 km<sup>2</sup>  
São Paulo 247.898 km<sup>2</sup>  
Ceará 148.016 km<sup>2</sup>  
Pernambuco 98.281 km<sup>2</sup>  
1.081.367 km<sup>2</sup>

e dos seguintes países:

França 551.600 km<sup>2</sup>  
Espanha 504.747 km<sup>2</sup>  
Holanda 40.844 km<sup>2</sup>  
1.097.191 km<sup>2</sup>

## DESAPROPRIAÇÃO

Foram declarados de interesse social,  
para fins de desapropriação, até junho de  
1984, 133.000 km<sup>2</sup>, área superior à soma  
da superfície dos seguintes Estados:

Rio G. Norte 58.372 km<sup>2</sup>  
Espírito Santo 45.597 km<sup>2</sup>  
Alagoas 27.731 km<sup>2</sup>  
129.700 km<sup>2</sup>

e à superfície dos seguintes países:

Alemanha Oriental 108.178 km<sup>2</sup>  
Cuba 114.524 km<sup>2</sup>  
Grécia 108.918 km<sup>2</sup>  
Portugal 91.531 km<sup>2</sup>

## TITULAÇÃO

Foram titulados, até junho de 1984,  
595.000 km<sup>2</sup>, área maior do que os Esta-  
dos de:

Minas Gerais 587.172 km<sup>2</sup>  
São Paulo 247.898 km<sup>2</sup>  
Bahia 561.026 km<sup>2</sup>  
e toda Região Sul que equivale 577.723 km<sup>2</sup>  
e os seguintes países:

França 551.600 km<sup>2</sup>  
Tailândia 513.998 km<sup>2</sup>  
Espanha 504.747 km<sup>2</sup>  
Irã 433.998 km<sup>2</sup>  
Paraguai 408.751 km<sup>2</sup>  
Itália 301.224 km<sup>2</sup>  
Grã-Bretanha 244.001 km<sup>2</sup>

## DEMARCAÇÃO

Foram medidos e demarcados, até ju-  
nho de 1984, 266.000 km<sup>2</sup>, área superior à  
superfície dos seguintes Estados:

Piauí 250.934 km<sup>2</sup>  
Rondônia 243.084 km<sup>2</sup>  
São Paulo 247.898 km<sup>2</sup>

e aos seguintes países:

Alemanha Ocidental 248.160 km<sup>2</sup>  
Grã-Bretanha 244.001 km<sup>2</sup>  
Iugoslávia 255.803 km<sup>2</sup>  
Romênia 237.500 km<sup>2</sup>  
Uruguai 177.639 km<sup>2</sup>

Fonte: Gazeta Mercantil -  
Suplemento Espe-  
cial, 20/08/84.



## NOTAS E REFERÊNCIAS

- 01- COTA, Raymundo Garcia. **Carajás: a invasão desarmada**. Petrópolis, VOZES, 1984. 163 p./pag.36/
- 02- ENCONTRO ESTADUAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE (Belém: PA: jan. 1985)  
**Diretrizes para mudanças na Agricultura e no meio ambiente no Estado do Pará:** documento final. Belém, s.ed., 1985. 48 p.mimeo/pag 7/  
 Este documento resulta de uma ampla discussão propiciada pelo Encontro Estadual de Agricultura e Meio Ambiente, o qual se desenvolveu em duas etapas: a primeira com participação, basicamente, de técnicos ligados a diferentes instituições do setor público, emergindo daí um elenco de propostas para debate, sendo estas criticadas e enriquecidas, em uma segunda etapa, por ocasião do Encontro "A Vez e a Voz do Campo", coordenado por expressivas lideranças dos trabalhadores rurais e de oposições sindicais.
- 03- SPVEA. **Primeiro Plano Quinquenal**. Belém, Setor de Coordenação e Divulgação do SPVEA, v.1, p.21, 1955. op.cit.ref.2
- 04- CARVALHO, José Alberto Magno de et al. **Migrações Internas na Amazônia**. IN: **Amazônia: desenvolvimento e ocupação**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979. 252 p./Série Monográfica no.29/pag.217/
- 05- IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis, VOZES, 1979. 137 p./Sociologia Brasileira no.2/pag.48 e 60/
- 06- MORAIS, Fernando et al. **Tranzamazônica**. São Paulo, BRASILIENSE, 1970. 135 p./pag.108/
- 07- SAMPAIO, Plínio. **Capital Estrangeiro e agricultura no Brasil**. Petrópolis, VOZES/CEBRAP, 1980. 140 p./Cadernos Cebap n.31/pag.130/
- 08- IBASE. **Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária**. Rio de Janeiro, CODECRI/IBASE, 1984.103 p./pag.96/
- 09- NACIONES UNIDAS. **The Future of The World Economy**. NY, 1977. ? p./pag.14, 44, 45/
- 10- WORLD BANK. **Report**. s.l., ref.p-3835-Br, May 30, 1984./pag.6, 7, 8/
- 11- JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 9/9/84, Especial, pág.2, Declarações do Secretário Executivo do Projeto Carajás, Sr.João de Paiva Menezes.
- 12- Segundo o IBGE, a categoria ocupante é assim definida: "Nos casos em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem o consentimento do proprietário), nada pagando o Produtor pelo seu uso."
- 13- BELÉM - Brasília. Belém, NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS/UFPA, Trabalho de Campo, 1975/pesquisa/
- 14- ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de. **Seletividade perversa na ocupação da Amazônia.Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, 14(2): 353-398, ago.1984
- 15- MARTINS, José de Souza.**Militarização da questão agrária**. Petrópolis,



- VOZES, 1984. 136 p.
- 16- TARDINS, Antonio Tebaldi et al. Projetos agropecuários na Amazônia: desmatamento e fiscalização: relatório. *Amazônia Brasileira em Foco*, Rio de Janeiro (12):7-45, 1977-1978./pag.42 e 43/
  - 17- GARCIA, Ronaldo. *Seminário sobre questão agrária no Brasil*. Brasília, CEPER/ASSOCIAÇÃO DE SOCIÓLOGOS, abr. 1979.
  - 18- VALVERDE, Orlando. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis, VOZES, 1985. 266 p./pag.247/
  - 19- Idem.pag.248.
  - 20- BUNKER, Stephen G. Os programas de crédito e a desintegração não-intencional das economias extrativas de exportação do Médio Amazonas do Pará. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 12(1):231-260, abr.1982.
  - 21- SAMPAIO, Plínio. *Capital Estrangeiro e agricultura no Brasil*. Petrópolis, VOZES/CEBRAP, 1980. 140 p./Cadernos Cebrap no.31/pag.43/
  - 22- SAUTCHUK, Jaime et al.*Projeto Jari*. s.l., ED.BRASIL DEBATES, 1979/pag.78/
  - 23- Idem. pag.79/
  - 24- IBASE. *Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária*. Rio de Janeiro, CODECRIBASE, 1984. 103 p./pag.86/
  - 25- CRONOLOGIA. Rio de Janeiro, IBASE, n.p., jan/fev 1984.  
Referência em notícia do *Jornal do Brasil*, dia 21/01/84.
  - 26- NETO, Miranda. *O Dilema da Amazônia*. Petrópolis, VOZES, 1979. 230 p./pag.167/
  - 27- Idem. pag.168
  - 28- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro*. Recife, UFPE, 1983./Relatório de Pesquisa n.3, pag.8/
  - 29- IANNI, Octávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, VOZES, 1979. 137 p./Sociologia Brasileira n. 2/
  - 30- idem. pag.96 e 97.
  - 31- JATOBÁ, Jorge et al. *Expansão capitalista: o papel do Estado e o desenvolvimento regional recente*. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 10(1): 273-318, abril.1980./pag.303/
  - 32- Idem. pag.304
  - 33- FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 24/08/84.s.n.p.